

PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA OCUPAÇÃO DE UM POSTO DE TRABALHO
NA CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR NO ÂMBITO DO PROJETO
TECATLANTIC - TRAINING FOR EMPLOYABILITY AND TECHNOLOGY IN THE ATLANTIC,
PARA EXERCER FUNÇÕES NA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

ATA N.º 1

Ao terceiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas nove horas reuniu na Sala de Reuniões da Direção de Recursos Humanos, o júri, designado pelo Diretor da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, do procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas, a termo resolutivo certo, para a carreira e categoria de Técnico Superior, no âmbito do Projeto TECATLANTIC - Training for Employability and Technology in the Atlantic, financiado pela Direção-Geral de Política do Mar como operadora do Programa do Crescimento Azul no âmbito do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (MFEEE 2014-2021), na sequência do despacho autorizador de 14 de setembro de 2022.

O júri, constituído pelo Professor Doutor José Ângelo Guerreiro da Silva, que preside, pelo 1.º Vogal Efetivo, Professor Doutor Ricardo Alexandre Perdiz de Melo e pela 2.ª Vogal Efetiva, Licenciada Anabela de Almeida Pereira, reuniu para, nos termos do n.º 2 do artigo 9.º da Portaria n.º 233/2022, de 09 de setembro (de ora em diante designada por Portaria), fixar os parâmetros de avaliação, a sua ponderação, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método de seleção a aplicar no procedimento concursal comum, propondo a seguinte ordem de trabalhos, que foi aceite por todos:

1. Definição dos requisitos gerais e dos requisitos específicos para o preenchimento do posto de trabalho de acordo com o respetivo perfil de competências;
2. Definição do método de seleção a aplicar;
3. Fixação dos parâmetros de avaliação do método de seleção;
4. Sistema de valoração final.

1. Definição de requisitos para o posto de trabalho:

Os **requisitos gerais** de admissão a aplicar são os definidos no artigo 17.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.



No que se refere à definição de **requisitos específicos** para o posto de trabalho, o Júri deliberou, por unanimidade, o seguinte conjunto de requisitos:

1. Requisitos obrigatórios

- a. Grau académico de Licenciatura em Biologia, sem possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional;
- b. Experiência em gestão de projetos, gestão de ciência, apoio ao empreendedorismo, em programas de literacia azul;
- c. Experiência de secretariado.

2. Requisitos preferenciais

- a. Mestrado ou licenciatura Pré-Bolonha nas áreas de Ciências do Ambiente e/ou Mar;
- b. Conhecimentos de Literacia do Oceano, de empreendedorismo na área do mar, de programas de formação;
- c. Experiência na gestão de projetos e organização de eventos;
- d. Bom domínio da língua portuguesa e inglesa (escrita e oral).

2. Definição dos métodos de seleção

Relativamente aos métodos de seleção a aplicar, o Júri deliberou, por unanimidade, o seguinte:

- a) Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (de ora em diante designada por LTFP), na sua redação atual, bem como no n.º 5 do artigo 17.º da Portaria, aplicar um único método de seleção obrigatório, Avaliação Curricular (AC), com a ponderação de 100%.

3. Fixação dos parâmetros de avaliação de cada método de seleção

3.1. Avaliação Curricular

A avaliação curricular visa aferir os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, a saber:

- a) A habilitação académica ou nível de qualificação (HA);
- b) A formação profissional (FP);
- c) A experiência profissional (EP);
- d) Avaliação do desempenho (AD).

Cada fator tem a pontuação máxima de 20 valores.

Habilitação académica ou nível de qualificação (HA)

Neste parâmetro será apreciada a habilitação académica ou nível de qualificação, nos termos do Anexo I, que faz parte integrante da presente ata.

Formação profissional (FP)

Neste item será ponderada a formação profissional, nos termos do Anexo I, que faz parte integrante da presente ata.

Serão consideradas as ações relacionadas com as áreas funcionais do lugar posto a concurso. Se a duração das ações for indicada em dias, será feita a conversão na proporção de seis horas por um dia completo. Na falta de indicação da duração, será atribuída a pontuação relativa às ações de formação iguais ou inferiores a 20 horas.

Experiência profissional (EP)

Será avaliado o exercício das funções que se considera contribuírem especialmente para a experiência profissional no exercício das funções inerentes ao posto de trabalho a concurso e o grau de complexidade das mesmas, nos termos do Anexo I, que faz parte integrante da presente ata.

Fórmula classificativa da avaliação curricular (AC)

A avaliação curricular é expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética simples das classificações dos elementos a considerar, de acordo com deliberação do júri:

$$AC=(HA+FP+EP+AD)/4$$

Em conformidade, o Júri elaborou a grelha para a realização da Avaliação Curricular, a qual se encontra em anexo à presente ata, da qual faz parte integrante, apensa como Anexo I.

4. Sistema de classificação final

4.1. A ordenação final dos candidatos que completem o procedimento concursal, com aprovação no método de seleção aplicado, é efetuada por ordem decrescente da classificação quantitativa obtida no método de seleção, expressa numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, conforme n.º 1 do artigo 23.º da Portaria.

A classificação final (CF) do procedimento concursal será assim obtida numa escala de 0 a 20 valores, em resultado da classificação quantitativa obtida no método de seleção, considerando-se a valoração até às centésimas.

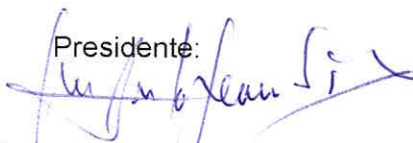
4.2. É excluído do procedimento o candidato que tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 valores no método de seleção (AC).

4.3. Em situações de igualdade de valoração têm preferência na ordenação final os candidatos que se encontrem nas condições definidas no n.º 1 do artigo 24.º da Portaria.

4.4 A ordenação dos candidatos que se encontrem em igualdade de valoração e em situação não configurada pela lei como preferencial é efetuada nos termos do n.º 2 do artigo 24.º da Portaria.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião dada por encerrada e da mesma lavrada a seguinte ata, que, achada em conformidade, vai ser assinada por todos os presentes.

Presidente:



(José Ângelo Guerreiro da Silva)

1.º Vogal Efetivo:



(Ricardo Alexandre Perdiz de Melo)

2.º Vogal Efetivo:



(Anabela de Almeida Pereira)